

QUANDO RATIONALE CLAUSES CORRESPONDEM A UMA CONSTRUÇÃO TELEOLÓGICA

CUANDO ORACIONES RACIONALES CORRESPONDEN A UNA CONSTRUCCIÓN
TELEOLÓGICA

WHEN RATIONALE CLAUSES CORRESPOND TO A TELEOLOGICAL CONSTRUCTION

Núbia Ferreira Rech*

Nathália Codinhoto**

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Este artigo investiga as propriedades relacionadas ao participante sobre o qual recai a orientação modal e ao predicado sob seu escopo em *rationale clauses*: “para p, tem que/deve/pode q”. Nossa análise segue uma perspectiva sintático-semântica formal, adotando a proposta de Hacquard (2006, 2010). Investigamos os sujeitos e predicados das sentenças modal e infinitiva que integram uma *rationale clause* objetivando depreender quais traços sintáticos e/ou semânticos licenciam ou restringem a leitura teleológica (de necessidade/possibilidade) ao modal. Em relação ao sujeito da sentença modal, constatamos que este precisa ter a mesma referência do sujeito da sentença infinitiva e deve exibir o traço [+animado], mas não, necessariamente, o [+agentivo]. Quanto ao predicado sob o escopo do modal, verificamos que a leitura teleológica é disponibilizada ao modal mesmo que tal predicado seja marcado com o traço [-controle], desde que seja passível de mudança.

PALAVRAS-CHAVE: *Rationale clauses*. Modalidade teleológica. Correferencialidade. Animacidade. Mudança.

RESUMEN: Este artículo investiga cuáles son las propiedades relacionadas al participante sobre el que recae la orientación modal y al predicado bajo su ámbito en oraciones racionales: “para p, tiene que/debe/puede q”. Nuestro análisis sigue una perspectiva sintático-semántica formal, adoptando la propuesta de Hacquard (2006, 2010). Investigamos los sujetos y predicados de los enunciados modal e infinitivo que integran una *rationale clause* con el objetivo de inferir cuáles trazos sintáticos y/o semánticos respaldan o restringen la lectura teleológica (de necesidad/posibilidad) al modal. En relación a la orientación modal, hemos constatado que el participante para el cual el modal es orientado necesita ser correferencial al sujeto de la oración infinitiva y debe exhibir el rasgo [+animado], pero no, necesariamente, el [+agentivo]. Con relación al predicado bajo el ámbito del modal, comprobamos que puede ser marcado como [\pm control], desde que exhiba el rasgo [+mudanza].

* Professora do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: nubia.rech@ufsc.br. ORCID: 0000-0002-9278-2702.

** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: nathy.cok@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9716-7381.

PALABRAS CLAVE: Oraciones racionales. Modalidad teleológica. Correferencialidad. Animado. Mudanza.

ABSTRACT: This paper investigates which related properties to the individual on whom the modal orientation lies and to the predicate under its scope in *rationale clauses* “to p, have to/must/can q”. Our analysis follows a formal syntactic-semantic perspective, adopting Hacquard’s proposal (2006, 2010). We investigated the subjects and predicates of modal and infinitive sentences that integrate a *rationale clause* in order to understand which syntactic and/or semantic features license or restrict the teleological reading (of necessity/possibility) to the modal. Regarding the subject of the modal sentence, we found that it must have the same reference as the subject of the infinitive sentence and must exhibit the feature [+animated], but not necessarily the [+agent]. In relation to the predicate under the scope of the modal, we found that the teleological reading is available to the modal even if such predicate is marked with the feature [-control], since it exhibits the feature [+change].

KEYWORDS: Rationale Clauses. Teleological Modality. Coreferentiality. Animacity. Changing.

1 INTRODUÇÃO

Von Fintel e Iatridou (2005) identificam o teleológico como o item modal que integra a estrutura *anankastic conditional*, introduzida na literatura linguística por Sæbo (2001)¹. Essa construção é constituída por uma sentença condicional com o verbo *querer*; uma sentença infinitiva que contém a *meta* e uma sentença modal que expressa o *meio*, conforme ilustrado em 1:

(1) Se você quiser viajar para a Europa, você tem que/deve economizar.

Os auxiliares modais *ter que* e *dever* expressam necessidade teleológica. De acordo com von Fintel e Iatridou (2005), um modal teleológico apresenta, em sua estrutura, dois argumentos: uma oração infinitiva que expressa a *meta* (*viajar para a Europa*); e uma sentença modal que apresenta o (melhor ou único) *meio* para atingi-la (*economizar*). A estrutura *anankastic conditional*, proposta por Sæbo (2001) e associada à modalidade teleológica por von Fintel e Iatridou (2005), mostra que a relação estabelecida é entre a proposição externa “*Se você quiser* φ , em que φ expressa a meta, e ψ , que expressa o meio, e não entre *meta* e *meio* diretamente”². Para derivar a interpretação do modal teleológico, von Fintel e Iatridou (2005, p. 15) apresentam a seguinte fórmula³:

(2) a. *para p, tem que q* é verdade em w relativo à base modal $f(w)$ e à fonte de ordenação $f(w)$ se e somente se todos os melhores mundos $g(w)$ onde p é atingido são mundos q .
b. *para p, deve q* é verdade em w relativo à base modal $f(w)$ se e somente se todos os mundos em $f(w)$ onde p é atingido são mundos q .

A configuração “*para p, tem que/deve q*” é encontrada em construções teleológicas no português brasileiro (PB), mas também figura em construções em que q não corresponde a um meio para p ser atingido. Os exemplos a seguir ilustram casos em que essa configuração não gera ou não se restringe à interpretação teleológica:

(3) a. Para sair de casa, meu pai tem que/deve alugar um apartamento.
b. Para ferver, a água tem que/deve atingir 100°C.
c. Para jogar no time de basquete, Pedro tem que/deve crescer mais uns 5 centímetros.

¹ Von Wright (1963, p. 10 *apud* S.Ebo, 2020, p. 3) introduz na literatura a noção de *anankastic* como “A statement to the effect that something is (or is not) a necessary condition of something else I shall call an *anankastic* statement”.

² “... this is an indicative conditional with the proposition expressed by (1.i) as the antecedent and the proposition expressed by (1.ii) as the consequent”.

(1) i. You want to go to Harlem.
ii. You take the A train.
[...] the proposition expressed by (1.ii) is a necessary condition for the proposition expressed by (1.iii).
iii. You go to Harlem”. (SÆBO, 2001, p. 429).

³ “(24) a. to p, ought to q is true in w relative to modal base $f(w)$ and ordering source $g(w)$ iff all the $g(w)$ -best worlds in $f(w)$ where p is achieved are q -worlds.
b. to p, must q is true in w relative to modal base $f(w)$ iff all the worlds in $f(w)$ where p is achieved are q -worlds” (VON FINTEL; IATRIDOU, 2005, p. 15).

- d. Para gerar uma vida, você tem que/deve ser mulher.
 e. Para chegar ao aeroporto, você pode seguir pela Avenida Brasil.

A sentença 3a pode ser empregada em contextos com uma base modal teleológica; já 3b, mesmo exibindo a configuração “para p, tem que/deve q”, não licencia leitura teleológica. Uma das diferenças entre 3a e 3b está no participante sobre o qual recai a orientação do modal, que é [+animado] em 3a e [-animado] em 3b. Assim, supomos que a interpretação teleológica só é licenciada quando o DP para o qual o modal é orientado exibe o traço [+animado]. 3c, por sua vez, pode figurar com uma base modal teleológica, sinalizando que o predicado sob o escopo do modal pode exibir propriedades inacusativas; logo, o modal parece poder ser orientado para um participante [-agentivo], como afirmam Codinhoto e Rech (2020, p. 62). A interpretação teleológica não é disponibilizada ao modal em 3d, mesmo essa sentença apresentando a configuração “para p, tem que/deve q”. Supomos que essa restrição esteja relacionada às propriedades estativas do predicado sob o escopo do modal ‘*ser mulher*’, mais especificamente ao seu traço [-mudança]. Já 3e apresenta a mesma configuração que as demais sentenças, mas difere quanto ao item modal: “para p, pode q”⁴. Nesse sentido, o emprego de *poder* integrando a estrutura *anankastic conditional* no formato proposto por Sæbo (2001, p. 429) geraria a leitura teleológica de possibilidade, indicando um meio possível de se atingir uma meta, e não necessariamente o único nem o melhor.

Na sequência do artigo, abordamos propriedades sintáticas e semânticas ilustradas nas sentenças em 3 com o intuito de mapear quais fatores são relevantes para licenciar ou oferecer restrições à leitura teleológica. Iniciamos, na seção 2, pela análise do participante sobre o qual recai a orientação modal em relação à animacidade (subseção 2.1) e à correferencialidade (subseção 2.2). Seguimos a análise, investigando, na seção 3, a configuração “para p, tem que/deve q” em construções nas quais o auxiliar modal forma sequência com predicados [-controle], como o inacusativo *crescer*, em 3c, e [-mudança], como o estativo *ser mulher*, em 3d. 3e apresenta a mesma configuração que as demais sentenças, mas difere quanto ao item modal: ‘*para p, pode q*’, expressando uma ideia de possibilidade teleológica. Na seção 4, analisamos, brevemente, sentenças com a configuração “para p, pode q”, com o intuito de averiguar se essa é empregada em sentenças do português brasileiro correspondentes à construção *anankastic conditional*, licenciando para a modalidade teleológica a leitura de possibilidade. Por fim, na seção 5, resumizamos nossos achados sobre as propriedades importantes para licenciar a interpretação teleológica em relação ao participante sobre o qual recai a orientação do modal e ao predicado sob o seu escopo.

2 ORIENTAÇÃO DO MODAL TELEOLÓGICO

Hacquard (2006, 2010) apresenta um modelo de análise para os auxiliares modais, combinando alguns dos principais *insights* da proposta cartográfica de Cinque (1999, 2006) com a análise semântica de Kratzer (1981, 2012). Seguindo uma perspectiva de análise sintático-semântica, a autora busca explicar como um mesmo item pode assumir diferentes leituras modais (epistêmica, simboulética, boulética, deontica, dinâmica, teleológica, etc.) a partir da posição em que é interpretado na estrutura sintática. Nessa proposta, a posição ocupada pelo item na estrutura sintática é que irá determinar a variável de evento acessível ao modal, o participante para o qual é orientado e suas relações com as categorias indicadoras de tempo e de aspecto.

Desse modo, Hacquard (2006, 2010) postula duas posições sintáticas distintas para um núcleo modal ser interpretado: uma posição (baixa) logo acima do VP e outra (alta) acima dos núcleos TP e AspP. A primeira é ocupada por modais de *raiz*, dentre os quais está o teleológico, enquanto a segunda é ocupada pelo *epistêmico* e pelo deontico do tipo *ought-to-be*. A novidade da proposta da autora em relação à de Kratzer (1981, 2012) e de Cinque (1999, 2006) está em tornar uma variável de evento acessível ao item modal em duas posições distintas na estrutura; tais variáveis restringem às situações a que um modal pode se aplicar. Os itens modais interpretados em posição baixa se relativizam ao evento descrito pelo VP; como consequência, são orientados a um participante que integra este evento, preferencialmente o candidato a sujeito da sentença. Já os modais interpretados em posição alta se relativizam

⁴ É importante notar que o auxiliar modal de possibilidade não integra a fórmula apresentada por Sæbo (2001), que utiliza o modal *must*, conforme: “if ... want to ϕ , must ψ ” (p. 429), nem a apresentada por von Stechow e Fintel (2005), que utilizam *ought to* e *must*: “p, ought to q [...] to p, must q” (p. 15).

ao evento de fala, sendo orientados para um participante deste evento: o falante, no caso do modal epistêmico, ou o interlocutor, no caso do deônico do tipo *ought-to-be*.

Para ilustrar o modelo de Hacquard (2006, 2010), apresentamos, a seguir, as derivações correspondentes a uma construção modal de raiz e epistêmica, respectivamente:

- (4) a. John had to escape. (“João teve que escapar.”) (Deônico)
 b. [CP speech e0 λe0 [TP T [AspP Asp1 λe1 [ModP Mod f e1 [VP escape e1]]]]]
- (5) a. John had to have escaped. (“João deve ter escapado.”) (Epistêmico)
 b. [CP speech e0 λe0 [ModP Mod f e0 [TP T [AspP Asp1 λe1 [VP escape e1]]]]]
- (HACQUARD, 2016, p. 7)

Segundo a autora, a variável de evento precisa ser ligada localmente pelo elemento mais próximo, podendo se ligar ao aspecto, como ocorre em 4b, ou a uma variável default associada ao ato de fala, como em 5b. Em 4, o modal é interpretado entre Asp e VP – posição baixa na estrutura, orientando-se a um participante desse evento (John); em 5, o modal é interpretado acima da categoria TP – posição alta, orientando-se a um participante do evento de fala (o falante). Dessa forma, a proposta de Hacquard (2016) relaciona as diferentes interpretações que um mesmo modal pode assumir (deônica do tipo *ought-to-do*, em 4, e epistêmica, em 5) a mais de uma posição sintática, sem ter de determinar uma posição específica para cada uma das interpretações modais⁵.

O teleológico corresponde a um modal de raiz, interpretado em posição baixa na estrutura. Por isso, é esperado que a orientação desse modal recaia sobre o sujeito da sentença ou, mais raramente, sobre algum outro participante que integra o evento VP. Consideremos o exemplo 3a, repetido a seguir como 6a:

- (6) a. Para sair de casa, meu pai tem que/deve alugar um apartamento.
 b. Para sair de casa, [ModPtem que/deve [VPmeu pai alugar um apartamento]]

O evento VP sob o escopo do modal, indicado em 6b, é constituído pelo predicado *alugar* e por dois argumentos requeridos por este predicado: o externo (*meu pai*), que recebe papel temático de *agente* e se realiza como sujeito da sentença modal; e o interno (*um apartamento*), marcado como *tema*. Como já foi observado na seção 1, em 3a, repetido aqui como 6a, o auxiliar modal *ter que/dever* pode assumir interpretação teleológica. A orientação do modal, neste caso, recai sobre o participante [*meu pai*], responsável por realizar o evento que descreve o (único ou melhor) *meio* para se atingir determinada *meta* (*sair de casa*), expressa pela sentença infinitiva.

Nas subseções a seguir, analisamos o participante sobre o qual recai a orientação do modal teleológico em relação aos traços *animacidade* e *referencialidade*, respectivamente.

2.1 ANIMACIDADE

A hierarquia de papéis temáticos captura uma ordem preferencial para um constituinte exercer diferentes funções sintáticas. Tomando por base a linearidade temática estabelecida por Bresnan e Kanerva (1989), a função de sujeito é, preferencialmente, exercida por um constituinte com características agentivas, como se depreende do ordenamento proposto pelos autores: [Agente] > [Beneficiário] > [Experienciador] > [Instrumento] > [Tema/Paciente] > [Locativo] (BRESNAN; KANERVA, 1989, p. 23, tradução nossa).

⁵ “[...] modals are relative to an event — rather than a world — of evaluation, which readily provides a time (the event’s running time) and (an) individual(s) (the event’s participants). I propose that this event relativity of modals can in turn explain the correlation between type of interpretation and syntactic position, without having stipulation of an interpretation specific height for modal’s. (HACQUARD, 2010, p. 80)1 “[...] modais são relativos a um evento – em vez de a um mundo – de avaliação, que disponibiliza prontamente um tempo (o tempo corrente do evento) e um ou mais indivíduos (os participantes do evento). Proponho que essa relativização dos modais a eventos pode, por conseguinte, explicar a correlação entre o tipo de interpretação recebida e a posição sintática, sem que seja necessário estipular uma altura específica para a interpretação dos modais.” (HACQUARD, 2010, p. 80, tradução nossa)

Para os papéis de *agente*, *beneficiário* e *experenciador*, o traço [+animado] é necessário, mas não para os papéis de *instrumento*, *tema/paciente* e *locativo*. Além de estar atrelado à ideia de “possibilidade de agentividade”, sendo requerido para a atribuição do papel temático de *agente*, o traço [+animado] também é condição para o argumento receber o papel de *experenciador*, presente na construção teleológica, uma vez que integra a estrutura *anankastic conditional*, correspondendo ao argumento do verbo *querer* (*If ... want*), conforme apresentado no exemplo 7:

- (7) a. if... want to ϕ , must ψ (SÆBO, 2001, p. 429)
 b. Se a leoa i quiser \emptyset i alimentar os filhotes, elai tem que/deve caçar.

O verbo *querer*, da sentença condicional, marca o DP [*a leoa*] com o papel temático de *experenciador*⁶. Esse DP exibe, necessariamente, a mesma referência do DP argumento da sentença infinitiva (*to clause*). O sujeito da sentença modal (*ela*) é o responsável por realizar o meio (*caçar*) para que a meta (*alimentar os filhotes*) seja atingida; no exemplo 7b, é marcado com papel temático de agente, controlando o predicado sob o escopo do modal. A correferencialidade entre o participante que detém a meta e o que realiza o meio para atingi-la é uma condição para a interpretação teleológica, como detalharemos na próxima subseção.

Como já foi observado, nem todas as sentenças que exibem a configuração “para p tem que/deve q” disponibilizam a leitura teleológica ao modal. Vejamos o exemplo a seguir:

- (8) a. Para \emptyset i ser fértil, o solo i tem que/deve ter o pH entre 6,0 e 6,5.
 b. *Se [o solo]i quiser \emptyset i ser fértil, elei tem que/deve ter o pH entre 6,0 e 6,5.

A sentença 8a é bem formada, mas o modal *ter que/dever* não assume interpretação teleológica, visto que a proposição sob o escopo do modal (*[o solo]i ter o pH entre 6,0 e 6,5*) expressa uma condição necessária para que a afirmação feita na sentença infinitiva (\emptyset i *ser fértil*) seja verdadeira, e não um meio para se atingir uma meta. Assim, supomos que a leitura teleológica não é disponibilizada ao modal em 8a por *o solo* exibir o traço [-animado], incompatível com um participante que detenha uma meta. A má-formação de 8b já era esperada, uma vez que tal construção corresponde à *anankastic conditional*, em que o argumento de *querer* deve exibir o traço [+animado], uma vez que receberá desse predicado a marcação temática de *experenciador*.

Von Fintel e Iatridou (2005, p.18) observam que, em *rationale clauses* com leitura teleológica, o predicado da sentença infinitiva deve ter natureza agentiva, enquanto o predicado sob o escopo do modal pode ser não-agentivo⁷. Dados do português brasileiro (PB) revelam, entretanto, que o traço [+agentivo] não parece ser essencial para a interpretação teleológica. Vejamos os exemplos a seguir:

- (9) a. Para jogar no time de basquete, Pedro tem que/deve crescer mais uns 5 centímetros.
 b. Para passar no vestibular, Ana tem que/deve estudar.
 c. Para ganhar na loteria, você tem que/deve jogar.
 d. Para ser bonita, Júlia tem que/deve nascer de novo.

Em 9a, o predicado da sentença infinitiva (*jogar*) seleciona um argumento agentivo - correferencial ao DP [*Pedro*], satisfazendo a condição, apontada por von Fintel e Iatridou (2005), para a interpretação teleológica. Já em 9b, 9c e 9d, os predicados das sentenças infinitivas não requerem um agente como seu argumento, mesmo assim, a interpretação teleológica é disponibilizada ao modal *ter que/dever*. Note que, em 9b e 9c, os DPs [*Ana*] e [*você*], sujeitos das sentenças modais, são agentes dos predicados *estudar* e *jogar*, respectivamente, mas as categorias vazias correferenciais a esses DPs, que exercem a função de sujeito das sentenças infinitivas que

⁶ Estamos assumindo aqui que o verbo *querer* não corresponde a um predicado de reestruturação no PB, diferentemente de *volere*, no italiano, que manifesta evidências claras desse fenômeno (cf. Cinque, 1999). As restrições que o verbo *querer* impõe ao DP sujeito da sentença é apenas uma das razões que nos leva a considerá-lo como um predicado lexical, que está atribuindo papel temático de *experenciador* ao DP que se realiza como sujeito da sentença condicional: “Se ... quiser”. Reconhecemos, entretanto, a necessidade de aprofundar a análise em relação a esse predicado, mas este não foi nosso propósito neste artigo.

⁷ “Rationale clauses (the ones that are in construction with a teleological modal) at the VP-level seem to need to attach to agentive VPs, but the complement of ‘have to’ can be non-agentive” (VON FINTEL; IATRIDOU, 2005, p.18)

integram essas construções, não recebem papel temático de agente, e sim de experienciador, uma vez que não têm controle sobre as eventualidades descritas pelos predicados dos quais são argumentos. Já em 9d, não há agente na construção, nem na sentença modal nem na infinitiva, e, mesmo assim, a leitura teleológica é disponibilizada. As sentenças do exemplo 9 indicam, portanto, que a interpretação teleológica não está condicionada à presença de um agente na estrutura, mas sim de um experienciador, para o qual o traço [+animado] também é condição.

As sentenças a seguir se assemelham às do exemplo 9 por conterem uma sentença modal com o auxiliar *ter que/deve* e uma sentença infinitiva, complemento da preposição *para*:

- (10) a. Para sobreviver, a planta tem que/deve absorver água e sais minerais.
 b. Para ferver, a água tem que/deve atingir 100°C.
 c. Para ser fértil, o solo tem que/deve ter o pH entre 6,0 e 6,5.

Cabe observar, entretanto, que apenas 10a permite interpretação teleológica. Note que as sentenças do exemplo 10 não contêm predicados agentivos, nem na sentença modal nem na infinitiva; contudo, diferem em relação a licenciarem ou não interpretação teleológica. Supomos que essa diferença está relacionada não ao traço [+agentivo], como propõem von Stechow e Iatridou (2005), mas ao traço [+animado]. Em 10a, o predicado da sentença infinitiva (*sobreviver*) seleciona, necessariamente, um DP com o traço [+animado]: *a planta*; já em 10b e 10c, os predicados infinitivos *ferver* e *ser fértil*, respectivamente, estão figurando com um argumento [-animado]. As sentenças modais em 10b e 10c apresentam condições (*atingir 100°C* e *ter o pH entre 6,0 e 6,5*) para que as eventualidades descritas nas sentenças infinitivas (*a água ferver* e *o solo ser fértil*) se realizem, enquanto a sentença modal em 10a apresenta um meio para sua realização (*absorver água e sais minerais*).

É importante notar, entretanto, que nem todas as construções “para p, tem que/deve q” em que o predicado infinitivo seleciona argumento [+animado] disponibilizam leitura teleológica. Considere as sentenças do exemplo a seguir:

- (11) a. Para ser albino, a pessoa tem que/deve ter ausência de melanina.
 b. Para ter descendência germânica, a pessoa tem que/deve ter ancestrais alemães.
 c. Para passar nessa prova, Ana tem que/deve ser inteligente.

Nenhuma das sentenças do exemplo 11 gera interpretação teleológica e, em todas, o argumento do predicado infinitivo exibe o traço [+animado]. Logo, esta parece ser uma condição necessária, mas não suficiente para licenciar essa interpretação ao modal. Além de DPs com o traço [+animado], essas sentenças têm em comum a descrição de propriedades não passíveis de mudança sob o escopo do modal: *ter ausência de melanina*, em 11a; *ter ancestrais alemães*, em 11b; e *ser inteligente*, em 11c. Considerando que, em construções teleológicas, o predicado sob o escopo do modal descreve o meio para se atingir a meta expressa pela sentença infinitiva, parece lógico que deva se tratar de um predicado com o traço [+mudança], uma vez que é a mudança do evento/da eventualidade descrito(a) por tal predicado que resultará na obtenção da meta. A sentença 9d, mais acima, licencia leitura teleológica, provavelmente por o predicado *nascer* capturar um momento a partir do qual o predicado [*ser bonita*] é definido. Dessa forma, para Júlia mudar sua condição e atingir a meta (*ser bonita*), o evento que determina essa condição (*nascer*) teria de ocorrer novamente, mas desta vez com um resultado diferente. Como isso não é possível (nem a Júlia nem a ninguém), depreendemos de 9d que, para o enunciador, Júlia não tem como atingir essa meta.

Assim sendo, as sentenças dos exemplos de 7 a 10 sinalizam na direção de que o traço relevante para o DP argumento do predicado infinitivo, em uma construção teleológica, é o [+animado], e não o [+agentivo]. Já as sentenças do exemplo 11 indicam que esse traço não é condição suficiente para que uma construção “para p, tem que/deve q” gere leitura teleológica, é necessário também que o predicado sob o escopo do modal seja marcado como [+mudança]. Na próxima subseção, vamos abordar outra propriedade necessária para a interpretação teleológica: a correferencialidade entre o participante que detém a meta e aquele responsável por realizar o meio para atingi-la. Na seção 3, vamos focar nos traços [±mudança] e [±controle] do predicado sob o escopo do modal.

2.2 CORREFERENCIALIDADE

Conforme von Fintel e Iatridou (2005), o modal teleológico seleciona dois argumentos: além da proposição sobre a qual esse modal opera, ele seleciona também uma oração infinitiva (*to-clause*)⁸, resultando na configuração “*para p, tem que/deve q*”. Como observamos na introdução, essa configuração não é encontrada apenas em construções teleológicas. No exemplo 12, *ter que/dever* pode assumir mais de uma conotação modal:

- (12) (Para não ser multado/Para não se machucar), o motoqueiro tem que/deve usar capacete.

A sentença modal em 12 pode ser empregada com uma base modal deôntica ou teleológica. Na interpretação deôntica, o evento sob o escopo do modal (*usar capacete*) é descrito como uma obrigação (determinada por lei) do participante para o qual o modal é orientado (*o motoqueiro*), sob a pena de alguma punição (*multa*). A interpretação teleológica, por sua vez, não prevê punição; nesse caso, o que motiva *o motoqueiro* a realizar o evento *usar capacete* não é a punição prevista na lei, que se estende a todos os motoqueiros, e sim um objetivo pessoal: o de *não se machucar*.

Como observamos na subseção 2.1, para a leitura teleológica ser licenciada ao modal, o sujeito da sentença infinitiva deve ser [+animado]. Note que a estrutura da construção *anankastic conditional*, proposta por Sæbo, repetida em 13a, garante a correferencialidade entre o sujeito da condicional e o sujeito da sentença infinitiva, como mostramos em 13b:

- (13) a. *if ... want to ϕ , must ψ* (SÆBO, 2001, p. 429)
 b. Se Júliai quiser \emptyset i ser examinada, elai tem que/deve agendar a consulta.

O sujeito da sentença modal (o pronome *ela*) é o responsável por realizar o evento *agendar a consulta*, que corresponde ao *meio* para que a *meta* (*Júlia ser examinada*) seja atingida. A meta é, necessariamente, de *Júlia*, visto que o sujeito da sentença infinitiva é o mesmo da sentença condicional. A sentença 13b corresponde à construção *anankastic conditional* transcrita em 13a, considerando que é constituída por (i) uma sentença condicional com o verbo *querer* (*if ... want*); (ii) uma sentença infinitiva que contém a meta (*to ϕ*); e (iii) uma sentença modal que descreve o meio necessário para que a meta seja atingida (*must ψ*). Já em 14, a seguir, a leitura teleológica não é disponibilizada ao modal:

- (14) Se Júliai quiser \emptyset i ir ao médico, elaj tem que/deve agendar a consulta.

A diferença entre 13b e 14 está na referência do sujeito da sentença modal, que apenas em 13b é correferencial ao sujeito das sentenças condicional e infinitiva. A não correferencialidade nessas construções bloqueia a interpretação teleológica para o modal, que pode assumir, em 14, conotação deôntica, atribuindo ao DP *ela*, que pode ser a secretária de Júlia, por exemplo, a obrigação de *agendar a consulta*. Mostramos, a partir desses exemplos, que a construção *anankastic conditional* corresponde à leitura teleológica somente se o participante responsável por realizar o evento sob o escopo do modal exibir a mesma referência do participante que detém a meta: sujeito do verbo *querer* e do predicado infinitivo.

3 PREDICADO SOB O ESCOPO DO MODAL

Segundo Rech e Varaschin (2017, 2018), as propriedades do predicado sob o escopo de um auxiliar modal determinam, pelo menos em parte, a sua interpretação. Os autores analisam construções epistêmicas e deônticas do tipo *ought-to-be* e *ought-to-do*. Modais epistêmicos e deônticos *ought-to-be* são interpretados em posição alta na estrutura sintática, acessando o evento de fala; já deônticos

⁸“We will assume that in one of their syntactic frames, teleological modals take a purpose to-clause as their argument.”(VON FINTEL; IATRIDOU, 2005, p.13).

do tipo *ought-to-do* são interpretados em posição baixa, correspondendo a um modal de raiz, que acessa o evento descrito pelo VP (HACQUARD, 2006)⁹.

Com base em dados do PB, Rech e Varaschin (2017, 2018) afirmam que deônticos do tipo *ought-to-do* formam sequência apenas com predicados [+controle], diferentemente dos deônticos *ought-to-be* e dos epistêmicos, que não impõem restrições ao predicado sob seu escopo, formando sequência com quaisquer predicados. Em sua análise, os autores consideram que inacusativos e estativos não pertencem a classes homogêneas, podendo seus membros serem separados em predicados [+controle] e [-controle]. Em relação à classe inacusativa, Rech e Varaschin (2017, 2018) assumem, com base na proposta de Rothstein (2004), que alguns inacusativos selecionam um argumento que pode atuar em fases preparatórias da eventualidade descrita pelo VP (*chegar, sair, entrar, surgir, desaparecer*); enquanto outros não (*nascer, morrer, cair, crescer, amadurecer*). Assim, os primeiros são identificados pelos autores como inacusativos [+controle]; e os últimos, como [-controle]. Em seu estudo sobre os dois tipos de deônticos (*ought-to-be* e *ought-to-do*), Rech e Varaschin (2017, 2018) constataram que o deôntico baixo (*ought-to-do*) requer sob seu escopo um predicado com o traço [+controle], por precisar checar o traço *agentivo* com um dos participantes do evento descrito pelo VP; diferentemente do deôntico alto (*ought-to-be*) e do epistêmico, que formam sequência com quaisquer predicados.

Os critérios para a subclassificação dos estativos com base no traço [\pm controle] (e também no traço [\pm mudança]) podem ser encontrados em Bertinetto (1991), Parsons (1990), Basso e Ilari (2004), entre outros. Basso e Ilari (2004) observam que os predicados estativos se distinguem pelo traço [\pm mudança], que pode ser capturado pela distribuição do emprego da cópula *ser* e *estar* no PB. Vejamos as sentenças do exemplo a seguir:

- (15) a. Pedro é brasileiro/alto/albino/filho de Joana.
b. Joana está febril/preocupada/esperançosa/de luto.

Por meio dessas sentenças, nota-se que predicados como 15a não sofrem mudança em seu curso; ao contrário de predicados como 15b, que sofrem tal mudança.

Com base nos traços [controle] e [mudança], Basso e Ilari (2004) propõem uma subdivisão na classe dos estativos em: (i) verbos tipicamente estativos, marcados com os traços [-controle] e [-mudança]; e (ii) verbos não tipicamente estativos, marcados com os traços [+controle] e [-mudança] ou [-controle] e [+mudança].

O modal teleológico, por se tratar de um modal de raiz, pode sofrer influência das propriedades do predicado sob seu escopo, uma vez que é relativizado ao evento descrito pelo VP (cf. HACQUARD, 2006, 2010). Considerando que a modalidade teleológica integra a estrutura *anankastic conditional*, que apresenta o resultado ou *meta* da realização de um evento (*meio*), é esperado que ocorra uma mudança de estado no predicado sob o escopo do modal para que a meta descrita seja atingida. Temos por hipótese, portanto, que predicados estativos marcados com o traço [-mudança] ofereçam restrições à interpretação teleológica.

Na sequência, analisamos construções em que o modal teleológico se combina com predicados [+controle]/[-controle] e [+mudança]/[-mudança], adotando as subclassificações dos inacusativos e estativos proposta na literatura e brevemente apresentadas acima. Em 16, mostramos construções “*para p, tem que/deve q*”, em que predicados [+controle] da classe dos inacusativos e estativos, respectivamente, figuram sob o escopo do modal:

- (16) a. Para ser examinado pelo médico, você tem que/deve entrar no consultório.
b. Para ser bem avaliado pelos clientes, você tem que/deve ser gentil durante os atendimentos.

Em ambas as sentenças do exemplo, o modal forma sequência com um predicado [+controle]. Em 16a, *entrar* corresponde a um predicado inacusativo que descreve a culminação de uma atividade, conforme argumenta Rothstein (2004). Nesse sentido, é passível

⁹ Os autores assumem o modelo de Hacquard (2006, 2010, 2016), em que um mesmo item modal pode denotar modalidade epistêmica ou de raiz, a depender da variável de evento que acessa: epistêmicos e deônticos do tipo *ought-to-be* se relativizam ao evento de fala (e_0), ao passo que deônticos *ought-to-do* se relativizam ao evento descrito pelo VP (e_1) – ver as representações nos exemplos 4 e 5 da seção 2.

de ser controlado, uma vez que o conjunto de eventos do qual resulta pode ser controlado. Veja que o DP [você] não é agente de *entrar*, que seleciona apenas argumento interno, mas é agente de um conjunto de eventos (como *tomar banho, vestir-se, dirigir até a clínica, subir um lance de escadas, etc.*) cuja culminação é a entrada no consultório. É importante observar que esse verbo admite flexão no imperativo: *Entre no consultório!* A flexão no imperativo é possível aqui, muito provavelmente, por o argumento do inacusativo (*entrar*) controlar o evento descrito pelo seu predicado de forma indireta, ou seja, pelo controle direto que exerce sobre o conjunto de eventos dos quais *entrar* resulta. Em 16b, um predicado estativo [+controle] figura sob o escopo do modal: *ser gentil*. À semelhança do inacusativo *entrar*, o predicado *ser gentil* também admite flexão no imperativo: *Seja gentil!*, que corresponde a um dos testes realizados por Basso e Ilari (2004) para classificar um estativo como [+controle]. Um outro aspecto importante para essa classificação é a indicação temporal feita pela expressão adverbial: *durante os atendimentos*. Isso sugere que o predicado *ser gentil* pode ser controlado pelo seu argumento (você), de forma que este estado dure pelo período do atendimento aos clientes. Em 16a e 16b, a interpretação teleológica é disponibilizada ao modal. Esse resultado já era esperado, uma vez que, à semelhança dos predicados agentivos, nos exemplos em 16, o participante sobre o qual recai a orientação do modal pode controlar – mesmo que indiretamente – o evento/estado (*entrar no consultório/ ser gentil durante os atendimentos*) que descreve o meio para que a meta (*ser examinado pelo médico/ser bem avaliado pelos clientes*) seja atingida.

A seguir, nas sentenças em 17, mostramos construções “*para p, tem que/deve q*”, em que o modal forma sequência com predicados inacusativos e estativos [-controle]:

- (17) a. Para jogar no time de basquete, Pedro tem que/deve crescer uns 5 centímetros.
b. Para se cadastrar no programa, a pessoa tem que ser viúva.

Esses exemplos são interessantes por revelarem que a leitura teleológica é disponibilizada ao modal mesmo em contextos nos quais o participante sobre o qual recai a orientação do modal não tem controle sobre o processo/estado que descreve o meio para se alcançar determinada meta. Logo, construções teleológicas podem ser empregadas também em contextos nos quais o único meio (*crescer uns 5 centímetros/ser viúva*) para se atingir uma meta (*jogar no time de basquete/se cadastrar no programa*) não está acessível ao participante para o qual o modal é orientado.

Por fim, em 18, ilustramos construções “*para p, tem que/deve q*” com o modal formando sequência com predicados [-mudança]:

- (18) a. Para concorrer à bolsa de estudos, você tem que ter descendência germânica.
b. Para ter olhos azuis, a pessoa tem que ter o alelo (b) em ambos os genes.
c. Para gerar uma vida, você tem que ser mulher.

As sentenças em 18 não licenciam interpretação teleológica, mesmo apresentando a mesma configuração das sentenças dos exemplos 16 e 17 e de tantos outros apresentados ao longo do texto. O que as diferencia desses outros exemplos são as propriedades do predicado sob o escopo do modal, que, nesses casos, correspondem a predicados [-mudança]. Desse modo, é esperado que predicados [-mudança] na sentença modal ofereçam restrição à interpretação teleológica, uma vez que o predicado sob o escopo do modal descreve o evento que corresponde ao (melhor ou único) meio para se atingir determinada meta. Se a situação descrita pelo predicado sob o escopo do modal não for passível de mudança, como nas sentenças do exemplo 18, não pode ser apresentada como um meio para se atingir uma meta; ao invés disso, vai gerar leitura condicional, em que a sentença modal apresenta uma condição para que o evento descrito na sentença infinitiva ocorra.

A análise das propriedades do predicado sob o escopo do modal em construções “*para p, tem que/deve q*” sinalizou na direção de que o traço [-controle] não oferece restrições à leitura teleológica, mesmo apresentando como *meio* um evento sobre o qual o participante não tem poder de atuação. Nesses casos, a interpretação teleológica é gerada, sem nenhuma expectativa de que a meta seja atingida. Em relação ao traço [±mudança], verificamos que a leitura teleológica não é disponibilizada ao modal quando o predicado sob o seu escopo exibe o traço [-mudança], indicando que a apresentação de um meio para se atingir uma meta requer uma alteração na condição atual desse predicado.

4 POSSIBILIDADE TELEOLÓGICA

O termo *anankastic*, originário do grego, significa *necessidade*, o que explicaria sua associação à modalidade teleológica codificada por verbos como *ought to* e *must* (ver nota 4), que expressam força modal de necessidade. Nissenbaum (2005) traz uma nova perspectiva de análise dessas construções, ao associar o modal teleológico também à leitura de possibilidade modal, que corresponderia, segundo esse autor, a uma estrutura denominada *eparkastic conditional*, também do grego, termo que exprime uma noção de *suficiência*. Assim, Nissenbaum (2005) relaciona a modalidade teleológica também à expressão de um meio possível para se atingir uma meta, não sendo este o único meio nem, necessariamente, o melhor. Em 19a, a seguir, transcrevemos um exemplo do autor (p.135) que ilustra esse emprego:

- (19) a. If you want to go to Harlem, you can take the A train.
 ‘Se você quiser ir a Harlem, você pode pegar o trem A’
 b. You can take the A train to go to Harlem.
 ‘Para ir a Harlem, você pode pegar o trem A’

O evento sob o escopo do modal (*take the A train* ‘pegar o trem A’) é descrito pelo autor como um meio possível para que a meta descrita na sentença infinitiva (*to go to Harlem* ‘ir a Harlem’) seja atingida. Segundo o autor, a possibilidade teleológica estaria, nesse caso, associada a um conceito de suficiência, e não de necessidade¹⁰. Conforme apontado em von Fintel e Iatridou (2005) e observado ao longo deste artigo, uma *anankastic* pode ser parafraseada por *rational clause* (ver nota 3); Nissenbaum (2005) argumenta, a partir de sentenças como as do exemplo 19, que uma *eparkastic conditional* também admite essa correspondência.

Um outro teste apresentado pelo autor para atestar essa equivalência é o da negação, ilustrado a seguir:

- (20) a. If you want to go to Harlem, you must take the A train.
 b. [if ... want to p, then must q] = [if not q, then not p] (NISSENBAUM, 2005, p. 134)
- (21) a. If you want to go to Harlem, you can take the A train.
 b. [if ... want to p, then can q] = b. [if q, then p] (NISSENBAUM, 2005, p. 135)

Com esses exemplos, o autor mostra que, assim como 20a implica 20b, 21a implica 21b. Dessa forma, ele argumenta que uma construção *eparkastik conditional*, à semelhança da *anankastic*, admite a contraparte negativa.

Mesmo havendo equivalência entre as estruturas com o modal de necessidade e de possibilidade em relação à correspondência com *rational clauses*, como mostra o exemplo 19, e à contraparte negativa, conforme os exemplos 20 e 21, o auxiliar modal de possibilidade não integra a fórmula apresentada por Sæbo (2001), que utiliza o modal *must*, conforme: “if ... want to ϕ , must ψ ” (p. 429), nem a apresentada por von Fintel e Iatridou (2005), que utilizam *ought to* e *must*: “p, *ought to q* [...] *to p*, *must q*” (p. 15). Esse comportamento semelhante entre as estruturas com modais de necessidade e de possibilidade requer, conforme a construção apresentada por Nissenbaum (2005, p. 135), transcrita em 21b, uma versão da *anankastic* com o modal de possibilidade: [if ... want to p, then *can q*], a qual ele denomina *eparkastic conditional*. Segundo o autor, parece não haver razão para a não expressão de uma modalidade teleológica de possibilidade. Exemplos do PB, como 3e, repetido aqui como 22, ilustram essa construção:

- (22) Para chegar ao aeroporto, você pode seguir pela Avenida Brasil.

No exemplo acima, o evento sob escopo do modal [*seguir pela Avenida Brasil*] é um meio possível para que a meta descrita na sentença infinitiva seja atingida, mesmo que esse meio não seja necessário, uma vez que há outros, que podem, inclusive, ser melhores.

¹⁰ These sentences are understood to mean taking the A train is one way to achieve the goal of getting to Harlem - that action constitutes a sufficient condition (together with facts in the circumstantial modal base) for achieving the goal” (NISSENBAUM, 2005, p. 143).

O emprego de *poder* integrando a estrutura proposta por von Fintel e Iatridou (2005) — transcrita na nota 3 — daria conta melhor da interpretação teleológica, por capturar também a força modal de possibilidade, compatível com esse tipo de modalidade, conforme argumentado ao longo desta seção. Ressaltamos que, no PB, assim como a leitura teleológica de necessidade, a de possibilidade está sujeita às mesmas restrições em relação ao participante para o qual o modal é orientado e às propriedades do predicado sob o seu escopo, conforme mostram, respectivamente, os exemplos 24 e 25:

- (23) a. Para chegar segunda-feira em SP, a Joana pode ir de ônibus (não tem que ir de avião).
b. Se Joana quiser chegar segunda-feira em SP, ela pode ir de ônibus (não tem que ir de avião).
- (24) a. #Para chegar segunda-feira em SP, a encomenda pode ir por Sedex normal (não tem que ir por Sedex 10).
b. *Se quiser chegar segunda-feira em SP, a encomenda pode ir por Sedex.
- (25) a. #Para ser jogador de futebol, a pessoa pode ser baixa (não tem que ser alta).
b. *Se quiser ser jogador de futebol, a pessoa pode ser baixa (não tem que ser alta).

As sentenças 23a e 24a correspondem a *rational clauses*, com o verbo *poder* expressando força modal de possibilidade. É importante notar, entretanto, que somente 23a licencia a leitura de possibilidade teleológica. A agramaticalidade de 24b resulta da impossibilidade de inserir a *rational clause*, em 24a, em uma estrutura correspondente a *anankastic conditional*, com a inserção da *If clause* “If ... want” (Se ... quiser), no formato apresentado por Sæbo (2001). Isso ocorre porque o DP para o qual o modal é orientado [*a encomenda*], que deve ser correferencial ao sujeito da sentença infinitiva (ver subseção 2.2), é marcado com o traço [-animado], não podendo, assim, receber papel temático de *experenciador*, atribuído pelo predicado *querer*, que integra a *If clause* de uma construção *anankastic conditional*.

O exemplo 25a, embora seja uma sentença bem formada na língua, não recebe leitura teleológica. Note que o predicado *ser baixa* denota uma condição *suficiente* para o estado descrito na sentença infinitiva: *ser jogador de futebol*. O fato de *ser baixa* (ou *ser alta*) corresponder a um predicado [-mudança] parece ser determinante para o bloqueio da leitura teleológica, uma vez que a estatura de um indivíduo não pode ser alterada facilmente nem significativamente, e a leitura teleológica requer uma alteração no predicado sob o escopo do modal, visto que este expressa o *meio* suficiente ou necessário para que a meta, descrita pela sentença infinitiva, seja atingida.

Desse modo, os exemplos de 23 a 25 mostram que as *rational clauses* com o modal de possibilidade se comportam de forma semelhante às *rational clauses* com modal de necessidade em relação às condições para licenciarem a leitura teleológica: ambas requerem um DP [+animado] como sujeito da sentença modal e um predicado [+mudança] sob seu escopo. O comportamento semelhante das *rational clauses* com modal de necessidade e de possibilidade, paralelamente ao teste da negação (ver exemplos 20 e 21), mostra a viabilidade da expressão de uma possibilidade teleológica, associada ao conceito de *suficiência* (*eparkastic conditional*), em que a sentença modal expressa um meio possível, dentre tantos outros, para a obtenção da meta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou descrever os principais resultados alcançados em relação às características do modal teleológico e, mais especificamente, aos fatores que licenciam ou oferecem restrições a esse tipo de modalidade. Foram analisadas sentenças do PB com a estrutura “para *p*, tem que/deve *q*”, que, segundo von Fintel e Iatridou (2005), está associada à modalidade teleológica. Supomos que as principais contribuições do nosso artigo para o avanço dos estudos sobre a modalidade teleológica foram as seguintes: (i) a constatação de que o participante sobre o qual recai a orientação desse modal deve ser correferencial ao sujeito da sentença infinitiva e exibir o traço [+animado] — e não, necessariamente, o [+agentivo], diferentemente do que afirmam von Fintel e Iatridou (2005) —; (ii) o predicado sob o escopo do modal tem que ser marcado com o traço [+mudança], podendo ser [\pm agentivo] ou [\pm controle].

Esses achados foram possíveis, na nossa compreensão, por a análise se pautar em uma perspectiva sintático-semântica, em que o modal teleológico foi combinado com diferentes tipos de predicados.

Investigamos, também, construções “para *p*, pode *q*” com um modal de possibilidade integrando a *rationale clause*. Assim, verificamos que, no PB, essas construções se comportam de forma semelhante àquelas com o modal de necessidade em relação à contraparte negativa, como observa Nissenbaum (2005). Pela aplicação dos mesmos testes, constatamos que o modal teleológico de possibilidade impõe as mesmas restrições que de necessidade em relação ao participante para o qual é orientado e também em relação ao predicado sob o seu escopo. O PB permite, portanto, a expressão de possibilidade teleológica, em que se apresenta um meio suficiente, não o único nem necessariamente o melhor, para o alcance de determinada meta. Como observamos na seção 4, essa constatação requer uma revisão nas fórmulas propostas para a construção teleológica, que consideram apenas a força modal de necessidade.

REFERÊNCIAS

- BASSO, R.; ILARI, R. Estativos e suas características. *Revista brasileira de linguística aplicada*, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2004.
- BERTINETTO, P. M. Il Sintagma Verbale. In: RENZI, L.; SALVI, G. (ed.). *Grande grammatica italiana di consultazione*. Bologna: Il Mulino, 1991. p.13-161.
- BRESNAN, J.; KANERVA, J. Locative inversion in Chichewa: a case study of factorization in Grammar. *Linguistic Inquiry*, n. 20, p. 1-5, 1989.
- CINQUE, G. *Adverbs and Functional Heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Editora Oxford University Press, 1999.
- CINQUE, G. *Restructuring and functional heads: the cartography of syntactic structures*. Oxford University Press on Demand, v. 4, 81-98, 2006.
- CODINHOTO, N. G.; RECH, N. F. Considerações sobre o modal teleológico. *Scripta*, v. 24, n. 51, p. 47-70, 23 set. 2020.
- HACQUARD, V. *Aspects of modality*, 2006. Tese de Doutorado, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2006.
- HACQUARD, V. On the Event Relativity of Modal Auxiliaries. *Natural Language Semantics*, v. 18, n.1, p. 79-114, 2010.
- HACQUARD, V. *Modals: Meaning categories?*. University of Maryland, 2016. Blaszczak, Chapter 2. Disponível em: https://valentinehacquard.org/papers/Hacquard_mmc_preprint.pdf. Acesso em: 19 maio 2022.
- KRATZER, A. The notional category of modality. In: EIKMEYER, H-J.; RIESER, H. (org.). *Word, worlds, and contexts: new approaches to word semantics*. Berlin: W. de Gruyter, 1981. p. 38-74.
- KRATZER, A. *Modals and Conditionals*. New York: Oxford University Press, 2012.
- NISSENBAUM, J. Kissing Pedro Martinez: (existential) anankastic conditionals and rationale clauses. In: *Semantics and Linguistic Theory*, 2005. p. 134-151.
- PARSONS, T. *Events in the semantics of English: A study in subatomic semantics*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- RECH, N. F.; VARASCHIN, G. Predicados inacusativos e a modalidade deôntica. *Revista Letras*, Curitiba, n. 96, p. 219-238, 2017.

RECH, N. F.; VARASCHIN, G. Predicados estativos e os tipos de deôntico: ought-to-do e ought-to-be. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 60, n. 1, p. 159-177, 2018.

ROTHSTEIN, S. *Structuring Events: a study in the semantics of lexical aspect*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

SÆBØ, K. J. *Anankastic conditionals: if you want to go to Harlem*. University of Oslo, Chapter 61, 2020. Disponível em: <https://www.hf.uio.no/ilos/english/people/aca/kjelljs/chapter61.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SÆBØ, K. J. Necessary Conditions in a Natural Language. In: Caroline Féry & Wolfgang Sternefeld (Editors) *Audiatur Vox Sapientiae: A Festschrift for Arnim von Stechow*. Berlin: Akademie Verlag, 2001. p. 427-449.

VON FINTEL, K; IATRIDOU, S. *What to Do If You Want to Go to Harlem: Notes on Anankastic Conditionals and Related Matters*, 2005. Disponível em: <http://web.mit.edu/fintel/www/harlem.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.



Recebido em 18/01/2022. Aceito em 25/05/2022.